



Tecituras do habitar: encontros e existências nos quilombos de Laranjal e Cambambi-MT

Weavings of Dwelling: Encounters and Existences in the Quilombos of Laranjal and Cambambi-MT

Nayara Marcelly Ferreira da Silva¹

PPGAS-UFAM

nana.nayara26@gmail.com - <https://orcid.org/0009-0006-1540-291X>

Resumo

Este artigo propõe uma etnografia dos modos de cuidado do Cerrado mato-grossense a partir das experiências vividas com os coletivos quilombolas de Laranjal e Morro de Cambambi. Nessas vivências, tempo e matéria se entrelaçam em uma paisagem viva, composta por terras plurais — preta, branca, vermelha — que sustentam relações singulares com plantas, águas, pedras, animais e encantados. A terra é corpo, e os lugares, moradas que mantêm o Cerrado pulsando. Diante do colapso, emergem formas de cuidado que desafiam a centralidade do humano, abrindo espaço para outros fluxos e presenças. A reflexão parte dos encontros que me atravessaram e seguem provocando, ao desestabilizar formas habituais de perceber a vida e o mundo.

Palavras-chave: Cerrado. Quilombo. Paisagem. Cuidado. Existência.

Abstract

This article proposes an ethnography of the ways of caring for the Mato Grosso Cerrado based on experiences lived with the quilombola collectives of Laranjal and Morro de Cambambi. In these experiences, time and matter intertwine in a living landscape, composed of plural lands — black, white, red — that sustain singular relations with plants, waters, stones, animals, and *encantados*. The earth is a body, and places are dwellings that keep the Cerrado pulsing. Faced with collapse, forms of care emerge that challenge human-centeredness, opening space for other flows and presences. The reflection stems from the encounters that have moved me and continue to provoke, by destabilizing habitual ways of perceiving life and the world.

Keywords: Cerrado. Quilombo. Landscape. Care. Existence.

¹ Doutoranda em Antropologia Social – PPGAS/UFAM. Mestrado em Antropologia Social – PPGAS/UFMT. Graduação em Ciências Sociais – CFH/UFSC.

1. INTRODUÇÃO

Quero começar este primeiro encontro sentada à mesa da cozinha com Marcela Pedroso, envoltas pelo cheiro forte e acolhedor do alho fritando na panela — cheiro de casa, de afeto partilhado, de vida em movimento. Entre panelas, vozes e gestos rotineiros, Marcela me conduz com doçura e firmeza por um fio delicado: o de como se continua vivendo quando tudo parece ter sido arrancado do lugar.

Com voz firme e olhos que carregam a nitidez do vivido, ela fala dos tempos difíceis que vieram com a construção da Usina Hidrelétrica do Manso, no início dos anos 2000, executada pela estatal Furnas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Foram anos de ruptura e desalento, quando o compasso das vidas foi rompido, os ritmos desfeitos, as paisagens familiares submersas sob um lago imenso e estranho. Não foi apenas o curso das águas que mudou — foi o curso inteiro da existência².



Imagem 1 – O lago do manso após Usina. Foto: Nayara Silva (2025).

Para todos verem: Fotografia colorida do Lago do Manso, já formado após a construção da usina hidrelétrica. A imagem mostra uma grande extensão de água parada, de tonalidade esverdeada, refletindo parte do céu nublado. Ao fundo, há vegetação rala e algumas elevações de terra, indicando áreas alagadas.

O que se desmanchava ali não era só geografia, mas um tecido ancestral, finamente trançado entre corpos, bichos, encantados, roças, irmandades e parentescos. A ferida dessa perda ainda pulsa no corpo de Marcela, que diz com a densidade de quem viu e sentiu:

² A Usina Hidrelétrica (UHE) de Manso, localizada no estado de Mato Grosso, inundou uma área de 427 km², impactando profundamente diversas comunidades tradicionais e quilombolas da região, que foram deslocadas de seus territórios ancestrais para a formação do reservatório.

veio o lago e atingiu tudo e todos. Teve arraial que virou fantasma. Terra que virou areia branca, onde nada brota mais.

A transformação foi geográfica, sim, mas também espiritual, sensível e política. Agostinho José da Guia, com a gravidade de quem testemunhou os deslocamentos forçados, sussurra: “Os corpos não foram respeitados — nem os vivos e nem os mortos. Fomos tratados como gado, remanejados para longe das irmandades. Teve nascente que acabou, lugar que inundou, tem muito espírito em sofrimento, minha filha”. Em outra conversa, Seu Adelino Fernandes da Conceição revira o tempo com os olhos e me oferece uma paisagem anterior, cheia de presenças e vitalidades:

“Antes da usina tinha mata. Tinha lagoas na beira do rio. Era o lugar dos bichos — anta, capivara, tatu, veado. Tinha fruta nativa — bacuri, bocaiuva, babaçu, cumbaru. E hoje não, acabou com tudo”.

A paisagem hoje é outra. A água represada deixou um espelho trincado. Onde antes havia fartura, agora o que floresce é a lembrança. A terra preta, fértil, aquela que sustentava roças e terreiros, tornou-se raridade. No lugar dela, o Cerradão avança com seus próprios desafios: o descontrole dos bichos — capivaras, antas, veados — que já não seguem os caminhos de antes; o aumento das pragas que atacam os mandiocais e bananais; a seca que se prolonga e intensifica o calor, os incêndios e a falta de chuva. A quentura apertada, e a água falta cada vez mais. E ainda assim, é nesse cenário de cicatrizes que Marcela me olha com algo que desafia a fatalidade. Com uma calma que só a experiência encantada pode oferecer, ela diz:

A vida é sofrida, mas tem coisa que acontece que escapa das nossas mãos. A vida é igual ao nosso Morro do Japão. Ele vai trocando de cor. Você olha e ele tá azul. Aí, depois, você olha de novo e ele tá rosa, laranja... Meu Deus, é lindo, encantador. É uma magia da natureza, é mágico. Tanta beleza, assim, que é um lápis de cor naturalmente acontecendo, assim, ó... na nossa frente, acontecendo. A vida é assim: acontece e muda de uma hora pra outra.

Naquele instante, entendo que Marcela não falava apenas do morro, mas da própria vida — essa que, mesmo ferida, insiste em brotar nos terrenos alagados da perda. Seu encantamento não apaga a dor, mas a atravessa com uma firme delicadeza, como quem aprende a caminhar sobre águas profundas. Porque, às vezes, o impossível também floresce. É beleza que se insinua, como cor que escapa no céu — o morro que muda de tom — encantando e ensinando a nos deixar encantar.

Se em Cambambi é o morro quem fala e ensina, em Laranjal é a água — ou a sua ausência — que dá o tom da vida. A paisagem pantaneira, antes guiada por cheias e secas ritmadas com precisão quase ritual, hoje oscila entre extremos: ora demais, ora de menos. Os tanques que antes armazenavam fartura agora se mostram rasos, mostrando o fundo rachado da terra. Os bichos “perderam a liberdade”. E os encantados, silenciosos, têm se

afastado, buscando outros cantos onde ainda possam habitar. O verde das pastagens se retrai. A pergunta ecoa no ar como reza e espera: vai chover? Quando? O suficiente?

Mas mesmo diante da incerteza, Laranjal segue. O território se reorganiza no compasso das relações: entre famílias, entre irmandades, entre rezas e partilhas. Os vínculos com Forquilha, Aranha e Corcunda sustentam uma rede de cuidado e compadrio que vai além da terra seca — uma trama feita de conhecimentos, gestos, trocas e afetos. O tempo ali é bordado devagar, com gestos miúdos, visitas atravessadas por histórias, caminhadas que escutam o chão antes de seguir.

Há em Laranjal um conhecimento atento à delicadeza do mundo. As mulheres, em especial, guardam no corpo os sinais da terra, do sangue e da água. Sabem quando o vento muda. Quando o fogo ameaça subir antes da hora. Quando é tempo de recolher as crianças. Seus gestos — de benzimento, de cuidado com os partos, de arrumação do corpo e do espírito — sustentam a vida mesmo quando o território parece desorganizado pela seca ou pela dor.

Como Cambambi, Laranjal também fala. Fala por gestos, presenças, ausências. Fala pela água, pelo fogo e pelas pegadas no barro seco, pelos olhos atentos das parteiras, pelos rastros dos bichos. E é nesse modo de escutar o mundo que os quilombos seguem de pé: não apenas como espaços de resistência, mas como territórios vivos de conhecimento, de escuta e de reinvenção.

Talvez o que escuto dessas mulheres e desses territórios — nas palavras, mas também nos gestos e silêncios — seja aquilo que Donna Haraway (2020) chama de “fazer parentes” em tempos difíceis. Em vez de buscar uma salvação grandiosa, as comunidades que caminham por entre escombros de usinas, secas ou promessas de progresso, reinventam a vida por meio de vínculos tecidos entre múltiplas humanidades, entre bichos, morros, encantados, águas, fogo e práticas de cuidado. Elas não apenas sobrevivem: elas compõem mundo, ainda que rachado, ainda que aos pedaços. Como Haraway insiste, não se trata de “ficar limpo” ou “ficar certo”, mas de “permanecer com o problema” — esse que escorre no leito seco dos tanques e atravessa os corpos feridos, mas vivos, das veredas desse sertão.

Esses coletivos não se sustentam pela explicação, mas pelo cuidado. E aqui, Isabelle Stengers (2018) se aproxima como aliada: o que essas mulheres fazem não é “aplicar saberes”, mas lutar contra a estupidez — essa que se instala quando se recusa a escutar o que os territórios dizem, quando a ciência hegemônica silencia as práticas locais, quando o tempo do agronegócio atropela os ciclos das chuvas e das luas. Marcela, Cristina, Maria José, Dona Joana, Dona Rosa, Dona Francisca, todas elas operam, como diria Stengers, uma “ecologia de práticas”: não se trata de impor uma solução, mas de fazer emergir um saber que respeita a incerteza, que compõe com os afetos, com os corpos, com os riscos — e que insiste em existir mesmo onde o Estado só vê escassez ou estatística. Essas mulheres não são gestoras de uma tradição morta nem heroínas resilientes. São cientistas de outro mundo, de uma ciência encarnada, afetiva, radicalmente situada — que sabe, como os morros, mudar de cor. E talvez seja justamente nisso que reside sua força: na

capacidade de se deixar afetar, de se reorganizar com o mundo, de ficar com o que importa, mesmo quando tudo parece dizer que é tempo de desistir.

2. CAMINHAR COMO MÉTODO, ESCUTAR COMO FORMA DE CUIDADO

É sempre caminhando que aprendo. Com Enoc Miranda, o passo nunca é só deslocamento. É, antes, um gesto de atenção. Enoc, conhecido por muitos como um andarilho esperto, me ensina que conhecimento não se colhe de uma vez só. É como planta que exige tempo, entrega e presença. Ele não fala sobre as plantas — ele fala com elas. E nos convida a ouvir com os poros, com o corpo, com a memória.

O Cerrado de Chapada dos Guimarães se mostra nas palavras de Enoc como um grande laboratório sensível. Nele, cada folha tem cheiro, cada raiz tem uma história, e cada árvore guarda conhecimentos ancestrais que não separa corpo de território. Entre a Quina Roxa e a Paratudo, o Nó de Cachorro e a Doradinha, vai se desenhando um mapa-vivo de corpos que aprendem uns com os outros: pele de gente, pele de planta, sangue, resina e seiva — tudo pulsa junto.

Enoc fala de ervas como quem conta da família. A Babosa é calmante, a Erva-de-Santa-Maria protege os pulmões e “tira a verme das crianças”. A Semente de Sucupira cura garganta e aumenta imunidade. E se o corpo dói ou quebra, é o melado de aroeira que vem colar o osso. Cada planta é remédio, mas também relação. Para que ela cure, é preciso mais do que conhecimento: é preciso vínculo. É preciso saber o tempo, o jeito, o modo certo de colher, o modo de agradecer.

Com Enoc, as plantas falam: não só pelo nome e pelos usos, mas pelo gesto de quem cuida, colhe, espera, respeita. São tecnologias que não se separam do tempo, dos lugares, das terras, do corpo e da escuta — ecoando com o que Donna Haraway (2009) chama de pensamento situado: conhecimentos e tecnologias que não pretendem falar de “acima”, mas desde o chão. Ao espreitar a mata, Enoc aponta: “Esse é o Anandir. Se cortar, ela chora. É viva”. Pergunto: como se reconhece que está viva? Ele responde sem hesitar: “Porque o Anandir não está sozinho”.

O Anandir é uma árvore-nascente — quando ferida, verte água. Sua seiva é lágrima. Corpo e fonte ao mesmo tempo. Ela não apenas vive, ela sustenta a vida em volta. É matéria de relação. Um ser que só pode ser tocado com atenção e necessidade, nunca por impulso. Seu corpo ensina uma ética: cuidar é saber medir, não cortar de mais nem de menos, mas apenas quando é o tempo certo — quando o gesto é justificado pela vida.

Ao lado, Enoc mostra o Pé de Perdiz — “venenosa, faz chorar até cegar”. E então segue apontando outras: o Cambará, a Lixeira, a Sapucaia — árvores de casca espessa e raízes fundas, aquelas que enfrentam o fogo sem tombar. São corpos que guardam memória de resistência. Cada uma, à sua maneira, faz parte dessa inteligência do Cerrado, onde viver é resistir junto, em composição com o tempo, o fogo, o clima, as terras, os lugares e seus donos.

Não é só o vegetal que se descreve ali. Cada planta, cada árvore, é também um ensinamento sobre a medida — nem demais, nem de menos. É o *pharmakon*, como retoma Isabelle Stengers (2015): aquilo que cura e envenena ao mesmo tempo, exigindo um modo de atenção, de saber quando e como usar. O conhecimento que se guarda em Enoc é o de uma arte de dosar, de ler o tempo da planta, do corpo, da terra e da lua.

Essa arte se estende também ao fogo. Porque aqui, queimar não é destruir. A queima prescrita — o chamado acero verde — é uma tecnologia ancestral de manejo do cerrado, usada por gerações para proteger, preparar a terra preta — terra de cultivo. Conforme ensina Enoc: “Tem o mês certo. Não pode usar o fogo na época da florada, porque aí não vai ter frutos. Não pode na seca braba. Tem que saber o dia, o vento, a lua. O fogo mais brabo é fim de agosto. Só apaga em outubro”.

O cuidado com o tempo do fogo é também cuidado com a vida. Se queima cedo demais, se queima tarde demais, tudo se perde. Mas se queima no momento certo — na hora do fogo, “de onze ao meio-dia”, quando o vento está sereno — o cerrado responde.

E quando a queima escapa do controle, quando a medida se perde, o fogo deixa de ser aliado. Surge então o Troá — não como castigo, mas como um ser encantado, vento que sopra com força própria. Como diriam, “o Troá é bicho do vento. Onde apagava o fogo, ele brotava de novo”.

É que o Troá não se apaga. Ele dança com o vento, se move entre cavernas e matas fechadas. Vive nos buracos da terra, nas fendas da rocha, no sopro quente das serras — é parte da própria paisagem do Cerrado, que não se deixa dominar. O Troá ensina: que o fogo tem seus donos, seus dias, suas vontades. Que o manejo do fogo exige escuta, não controle e apropriação. Como dizem os mais velhos, o fogo não é inimigo, mas força que precisa ser respeitada — é preciso saber o tempo da queima, a direção do vento, a fase da lua.

Assim como a terra, o fogo também tem suas vontades. Antônio Bispo dos Santos (2021) nos lembra: “a terra dá, mas a terra quer”. E com o fogo não é diferente — ele oferece, mas também cobra. Diferente da lógica capitalista, que transforma tudo em recurso a ser explorado, o fogo, como os encantados, exige relação. Quer cuidado, quer tempo, quer escuta.

O que está em jogo aqui não é o domínio sobre essas potências, mas uma coexistência (Soares, 2017) baseada em corresponsabilidade. O Troá, com sua força, aparece como lembrança encantada dessa exigência: quem não escuta o tempo do fogo, corre o risco de ser engolido por ele. Porque aqui, o saber não é domínio técnico, mas relação vivida — entre plantas, bichos, águas, ventos, brasas e encantados.

Como o *pharmakon*, o fogo guarda em si cura e perigo. Depende da forma como se invoca, como se chama, como se respeita. “Você dá uns gritos. Dá uma acelerada assim. Chama o Troá”.

É preciso saber chamar — e saber parar. Porque o Troá é força do mundo. É o Cerrado respondendo. Cuidar, então, é isso: aprender a habitar com essas presenças. Com

os ventos que trazem fogo e cura. Com as árvores que choram. Com os tempos da lua e da cinza. Cuidar não é intervir: é escutar, esperar, responder. É andar com atenção, sabendo que a paisagem fala — e que cada ser encantado tem algo a dizer.

O Cerrado é um mundo povoado de presenças, sinais e modos de existir. Entre histórias de Troá, Currupira e Boitatá, o que emerge não é uma cosmologia à parte, mas uma pedagogia viva do território. Os encantados não são metáforas nem folclore, são forças e formas da própria paisagem. Aparecem quando são falados, quando a mata escuta, quando o vento carrega um nome ou quando o fogo se adianta ao tempo certo.

Troá não é o “vilão” do fogo, mas seu avesso encantado — sinal de que o tempo foi rompido, que a escuta falhou, que algo saiu do compasso. Troá não é explicável, nem fixável, porque sua existência escapa aos olhos e se faz no rastro, no susto, no cheiro de enxofre, na tripa deixada no chão. E ainda assim, é através dele que se aprende que o fogo tem seus dias e suas vontades, como ensina também o conhecimento ancestral.

Não se trata, portanto, de estudar os encantados, mas de entender que o Cerrado é encantado. Que ele é feito de relações atentas, de regras que não estão escritas, mas que são conhecidas por quem aprendeu a escutar o mato, o cheiro do vento, o tempo da lua. Como dizem os mais velhos, “a natureza é boa. A gente que fez ela ficar revoltada”. E quando se revolta, ela responde — com seca, com fogo brabo, com praga. Mas a maioria ainda não escuta.

A ciência que emerge nesses relatos é outra. É uma ciência situada, prática, afetiva. “Porque é perigoso”, como bem resume Dona Francisca. Não é só saber andar — é saber onde pisar, onde parar, o que não dizer. É saber que tem planta que engana, água que envenena, cobra que se esconde onde ninguém vê. Aqui, o conhecimento não se dá sem corpo, sem atenção, sem medo.

Como lembra o pensamento de Antônio Bispo dos Santos (2021), a terra (ou o fogo) dá, mas também quer. E o que ela quer, muitas vezes, é atenção. Não uma atenção que extrai, mas uma atenção que escuta, que sabe que tudo — desde o corte de uma árvore até o momento exato da queima — precisa ser feito com medida. Porque quando se corta o Anandir, ele chora. E o Boitatá... o Boitatá não é só uma história. É clarão de fogo que serpenteia no alto das serras, luz que acompanha de longe, que assusta e fascina. Não deixa rastro, mas deixa presença. Anda pelas noites, nas beiras dos morros, como quem vigia, como quem responde.

O Currupira também não é só um ser do mato. É dobra do tempo, torção da lógica. Corpo de gente, pensamento atravessado. Caminha com o calcanhar voltado pra trás, embaralha os rastros e desafia quem tenta seguir por caminhos retos demais. Dizem que encanta crianças, oferece mel, e nesse gesto doce, muda o pensamento — não com violência, mas com torção suave. Onde ele passa, a mata se recompõe, mas não volta a ser a mesma: se embaralha, se reinventa, como se risse do esforço humano de controlar o incontrolável.

Como já disse Marcela, “a vida é assim, tudo muda”. E o Cerrado guarda esse tempo que nunca sossega. Um tempo que não se deixa alinhar, que se move em espirais. Um tempo que duplica a si mesmo, como diria Tania Stolze Lima (2005), para nunca ser idêntico, sempre o outro. Cada aparição do Curupira, cada clarão do Boitatá ou sopro do Troá, reabre o mundo num gesto de diferença — uma dobra do real que nos força a perceber que viver, aqui, é viver entre o que escapa, o que acontece e o que se transforma.

No fundo, trata-se de uma ética do cuidado diante da catástrofe. Uma ética que não separa conhecimento de território, nem ciência de encantamento. Uma ética que diz que a natureza não é cenário, mas corpo. E que, nesse momento em que o mundo parece arder, talvez a única ciência capaz de sustentar a vida seja aquela que sabe o tempo da queima, o silêncio das cobras, o choro das árvores, o grito do Troá.

2.1 Veredas vivas: caminhos de coexistência múltiplas

Em Laranjal, a presença dos bichos começou a mudar. Ou melhor: os encontros com eles passaram a acontecer de outro jeito. Depois do fogaréu, os caititus — que antes rondavam com mais frequência as roças, comendo banana, mamão, mandioca — se afastaram. Sumiram do costume. Já o tuiuiú apareceu mais, abrindo suas asas largas sobre os campos queimados, catando peixinhos nos poucos fios d’água que restaram. A onça parda não chegou a entrar no terreiro, mas foi vista ali por perto, na mata baixa, como que desorientada. A capivara e a anta passaram a beber água no tanque, bem na beira da casa. A anta também foi vista na roça, atrás de mamão, atrás de banana. O tamanduá também veio. Mirim, pequeno, com seu rabo comprido e cheiro forte. Apareceu sem cerimônia, entre as casas. Como se dissesse: o mundo de lá pegou fogo, e agora é preciso reaprender a viver aqui.

“Incêndio demais não sei da onde, veio de tudo de lá pra cá. Brabo demais. E ventando que estava esse dia”, me contou dona Joana, com o rosto voltado pro céu. “Esse tempo era mês de julho, mês de ventania, menina, e esse tempo estava quente.” O fogo desceu rasgando tudo, acompanhando o vento como se fosse bicho também. No Mateus, pegou até os cocos. No Magali, chegou no terreiro. Só não foi mais longe porque o povo, de balde na mão, foi ataiando o fogo, desviando ele com coragem e reza.

Mas o que mais impressiona não é só o que queimou. É o que se movimentou com o fogo. A fuga dos bichos, os rastros trocados, o olhar das pessoas sobre a terra que já não parece a mesma. No Laranjal, o fogo é sinal. É movimento. É resposta da mata, como já diziam: “a natureza é boa, é muito boa — a gente que fez ela ficar revoltada hoje”. E ela vive dando resposta, só que nem todo mundo sabe escutar.

Tanto Laranjal quanto Cambambi possuem suas particularidades, mas o modo como olham, sentem e conversam com a terra está em consonância. As estações chegam pelo corpo do dia: é o calorão firme que avisa — chuva vem aí. E, mesmo sem pingar uma gota, o cheiro de terra quente, o voo mais baixo dos passarinhos, o inchaço do céu anunciam. A chuva nunca chega de um só modo. Pode não cair aqui, mas derrama ali

adiante, no rumo do Morro do Jacaré ou lá para as bandas do Piuval. Porque a água também tem ouvidos, tem vontade, tem memória.

Seu Agostinho mostra que tem uma coisa que ninguém explica: o mistério da serra. Uns cientistas falam que é pressão atmosférica, que é camada de ar quente, que é frente fria represada no planalto. Mas quem vive aqui sabe que tem coisa que é só o mato que entende. Porque mistério não se descobre, mistério se atravessa — com o corpo atento, com o ouvido encostado no chão, com o coração aberto como chão de roça depois da primeira enxada.

E continua, a serra guarda coisa. Guarda bicho, guarda vento, guarda tempo. Tem noite que ela parece subir e se aproximar das casas, como se quisesse escutar conversa de gente. Tem dia que ela se afasta, se esconde atrás da névoa. Pode até parecer que o mundo vai acabar, com essas guerras, esses rompimentos, essas promessas de catástrofe. Mas o fim do mundo, se vier, não será o fim do Cerrado. O Cerrado não tem fim. Pode até ter o fim do homem, como escutamos em conversas na beira do tanque, mas do mundo mesmo, não tem fim não. Deus... Deus não é de acabar. Ele é de guardar. Deus é segredo guardado, como dizem os mais velhos.

Pergunto a Seu Agostinho:

— Mas o fim do mundo chega pro homem... e pra mais quem? Ele acaba pra todo mundo?

Ele me olha, com aquele jeito de quem pensa por dentro antes de soltar palavra. Um tempo. Depois vem:

— Você chegou num ponto. O mundo acaba, sim. Todo dia ele acaba. Isso não é de agora.

Ficamos em silêncio, como se o próprio mato estivesse escutando.

— Hoje tão falando mais disso, né? De fim do mundo, de catástrofe. Mas já faz tempo que ele vem acabando. Acaba quando some um passarinho. Quando seca o olho d'água. Quando a fogueira queima tudo e não deixa nem sombra. Todo mundo sente. Até quem não sabe que tá sentindo.

Ele vai passando o dedo numa folha seca caída ali perto, como se lesse nela um pedaço de história.

— O Cerrado é muito grande, ele é um mundão que só. Quando falo que ele não acaba, não é que não tem morte. Morte sempre teve. Pra gente, pros bichos, até pros encantados. Tem coisa que vai embora e não volta. A onça que se espanta com o barulho da máquina. O tamanduá que não tem mais formiga pra catar. A água que vira fumaça e vai embora. Tem coisa que quando some, não deixa nem sinal.

Ele respira fundo. O vento passa mais baixo, como quem quer escutar melhor.

— Mas pras plantas... pras plantas é diferente. Elas têm um jeito de morrer que já é meio renascer. Tem semente que dorme anos no chão, até o tempo certo de acordar.

Elas voltam em silêncio, sem alarde, mas vão chamando outras — e mais outras — e quando a gente vê, já tem passarinho voltando, já tem cheiro de flor nova, já tem abelha zanzando no calor. As plantas ensinam que fim também é começo. E que raiz, mesmo queimada, ainda pode querer viver.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Isso me fez perguntar: os cerrados existem para quem? E como eles existem? Talvez não se trate apenas de ter o cerrado, mas de viver com ele — como quem caminha ao lado de um ser que pensa, reage e se transforma. Nos quilombos, aprendi que o cerrado tem humor, tem tempo, tem memória. Ele se alegra com as chuvas certas, se inquieta com as queimadas sem medida, se entristece quando não é mais pisado com respeito. Ele sente. E, quando sente demais, responde — às vezes com silêncio, às vezes com fumaça, às vezes com gestos que falam e provocam.

O fogo, por sua vez, não é só um instrumento ou um inimigo. É parente. É mestre. E como todo parente, exige escuta. Escuta que se faz com o corpo — com o passo devagar no mato, com o olho atento à direção do vento, com o gesto contido de quem sabe que o mundo é presença partilhada.

Por isso, a pergunta não é apenas se o cerrado vai resistir ou se vai acabar. A pergunta é: com quem ele está disposto a continuar? Porque há mundos que se vão, mas não porque foram destruídos de uma vez — eles se apagam aos poucos, quando deixamos de escutar seus ritmos, suas regras, seus sinais.

Em Cambambi, me disseram que as árvores choram quando são cortadas sem atenção. Em Laranjal, o fogo corre como bicho pelos barrancos. E nessas falas, nessas presenças, está o que talvez nossa ciência tenha desaprendido: que existir é coexistir. Que viver é uma tarefa coletiva.

Os cerrados existem para quem se permite ser transformado por eles. Para quem aceita caminhar com as cobras, aprender com o vento, respeitar o tempo da semente e dos encantados. Para quem sabe que nem tudo é para ser dominado — há coisas que são para ser seguidas, como um rastro que some e reaparece mais adiante.

O cerrado, então, não é só um bioma. É uma composição de encontros. E se é verdade que ele está acabando, também é verdade que ele ainda insiste. No cheiro forte do capim queimado. No tamanduá que volta. Na sabedoria das parteiras. No silêncio das noites longas que anunciam a chuva. Ele insiste em lembrar que ainda há tempo. Tempo de voltar a escutar. Tempo de reaprender a viver junto. Tempo de não estar só. Porque o cerrado também não se apresenta de uma forma só — ele é múltiplo, como o próprio fogo.

Cada parte do corpo do fogo — a cabeça, a língua, os dedos — acende um modo diferente de viver o cerrado. Tem o cerradão, mais denso e fechado; tem a vargem, aberta e baixa, que parece respirar junto com o vento; tem o campo limpo, onde o chão é quase céu. Há lugares em que a mata parece crescer de cabeça para baixo, com raízes mais vivas

que as copas. Outros guardam árvores de casca grossa e coração d'água. Cada tipo de cerrado revela uma face do mundo — e cada face pede um jeito diferente de estar junto. Porque o cerrado ensina, mas só para quem se dispõe a aprender.

REFERÊNCIAS

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: SANCHES, M. C. da C. (Org.). **Ciência, tecnologia e sociedade**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 133–158.

HARAWAY, D. **Ficar com o problema**: fazer parentes no Chthuluceno. Tradução de Desiderio Saravati. São Paulo: Ubu, 2020.

LIMA, T. S. **Um peixe olhou para mim**: o povo Yudjá e a perspectiva. São Paulo: UNESP; ISA, 2005.

SANTOS, A. B. dos. **A terra dá, a terra quer**. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.

SOARES-PINTO, N. De coexistências: sobre a constituição de lugares djeoromitxi. **Revista de Antropologia da UFSCar**, São Carlos, v. 9, n. 1, p. 61–82, 2017.

STENGERS, I. **No tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que vem. Tradução de André Telles. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

STENGERS, I. **Ecologia de práticas**. Tradução de André Lepecki. São Paulo: Suely Rolnik; n-1 edições, 2018.

Agradecimentos

Agradeço às mulheres e comunidades com quem compartilhei caminhos, palavras e cuidados. Aos colegas e professores do PPGAS/UFAM e do PPGAS/UFMT pelo diálogo constante, e ao meu orientador, Thiago Mota Cardoso, e à coorientadora, Sônia Regina Lourenço, pelo acompanhamento atento e generoso. Agradeço também à FAPEAM pelo apoio fundamental ao desenvolvimento desta pesquisa.

Financiamento

Este trabalho contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM).

Recebido em 27 de junho de 2025

Aceito em 08 de janeiro de 2026